

A POLÍTICA COMERCIAL DO GOVERNO LULA (2003-2010): UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM O MERCOSUL E COM O RESTO DO MUNDO

THE TRADE POLICY OF LULA'S ADMINISTRATION (2003-2010): A COMPARATIVE ANALYSIS OF BRAZIL'S TRADE RELATIONS WITH MERCOSUR AND WITH THE REST OF THE WORLD

Thiago Cavalcante¹

Marcos Costa Lima²

RESUMO:

O dilema da inserção internacional é um dos fatores mais importantes que define o grau de benefício e malefício que um determinado país pode auferir em um mundo com alto nível de interdependência. Este trabalho visa a investigar o aspecto comercial da política externa do governo Lula (2003-2010), no sentido de identificar se o Mercosul foi tratado como prioridade ou se esta meta ficou apenas no nível discursivo. Além disso, propõe-se a identificar os novos parceiros comerciais brasileiros e elaborar uma análise comparativa do padrão de comércio do Brasil com estes e com o Mercosul. Por fim, pretende avaliar os impactos desse novo fluxo comercial à luz da teoria estruturalista da CEPAL e da sua vertente mais atualizada, o chamado “novo desenvolvimentismo”. A hipótese básica deste trabalho é a de que se o governo Lula adotou uma política externa de busca de autonomia por meio da diversificação dos parceiros comerciais, então as relações com os países do Cone Sul se enfraqueceram.

1 Graduado em Ciências Econômicas pela UFAL (Universidade Federal de Alagoas) e Mestre em Ciência Política pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Desenvolve pesquisas na área de desenvolvimento econômico e política externa brasileira. Atualmente, sou professor substituto do Departamento de Economia da UFAL.

2 Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da IFPE. marcoscostalima@terra.com.br.

PALAVRAS-CHAVE:

Inserção Internacional; Política de Comércio Exterior; Governo Luiz Inácio Lula da Silva; Mercosul; Padrão de Comércio do Brasil; Cone Sul.

ABSTRACT:

The dilemma of international integration is one of the most important factors that define the degree of benefit and harm that a country can earn in a world with a high level of interdependence. This study aims to investigate the commercial aspect of the foreign policy of the Lula government (2003-2010) in order to identify whether Mercosur was treated as a priority or if this goal was only at the level of discourse. Furthermore, looks for identifying new partners and develop a comparative analysis on the pattern of trade, between Brazil and Mercosur. Finally, we intend to evaluate the impacts of this new trade flows in the light of structuralist theory elaborated by ECLAC and its most updated, called developmentalism. The main hypothesis is that if the Lula government adopted a foreign policy of seeking autonomy through diversifying trading partners, then, relations with the Southern Cone countries weakened.

KEY WORDS:

International Integration; Foreign Trade Policy; Luiz Inácio Lula da Silva Government; Mercosur; Pattern of Brazilian Trade; South Cone.

1. Introdução

A partir da segunda metade do século XX, o processo de globalização se intensificou e passou a afetar, de forma mais consistente, todos os países do mundo, em um processo de consolidação da interdependência política e econômica internacional. Nesse contexto, a sabedoria convencional reforça os argumentos do liberalismo clássico ao defender o livre jogo dos atores econômicos em todos os espaços, sejam nacional, regional ou mundial. Ferrer (2006) denomina essa perspectiva visão fundamentalista e esclarece que a principal distinção do liberalismo clássico é o seu enfoque. Para este último, estava implícita uma ordem natural refletida na lei da oferta e da demanda e seu impacto na geração e distribuição de renda. A visão fundamentalista, por sua vez, sugere a existência de uma ordem natural enraizada na estrutura de poder da ordem mundial contemporânea. Ao admitir que o poder esteja efetivamente nos mercados, a informação implícita da globalização é clara: impor que as democracias mundiais estabeleçam políticas amistosas para os mercados, pois o inverso disso geraria ingovernabilidade.

A análise da economia política internacional a partir da visão fundamentalista implica em graves consequências para os países subdesenvolvidos que visam a obter algum grau de desenvolvimento econômico. A sabedoria convencional atua de forma a desestimular qualquer possível iniciativa contrária à ordem global, isto é, a favor do desenvolvimento nacional, justamente porque sua premissa de que as principais decisões não são mais tomadas pela sociedade ou pelo Estado, mas sim pelos agentes transnacionais, implica na conclusão de que o dilema do desenvolvimento desapareceu.

Pelo contrário, o maior desafio nacional no âmbito do mundo global continua sendo o dilema do desenvolvimento. O êxito deste desafio depende da resolução de outro dilema, o da inserção internacional (FERRER, 2006). Esse argumento é respaldado historicamente pelos casos dos Estados Unidos, Alemanha e Japão, no século XIX, em relação à hegemonia britânica, e de vários países asiáticos no século XX, os mais expressivos sendo Coreia do Sul, Taiwan e China.

Camargo (2004) argumenta no mesmo sentido de Ferrer, sobre a grande importância dos Estados nacionais no contexto de globalização, em função da dependência das empresas transnacionais das políticas adotadas por cada país. Essas decisões definem o modo como as empresas penetram no seu mercado interno. A autora comenta ainda, ao citar Naisbatt, o chamado paradoxo global, que consiste em “ter que se mover e barganhar entre o impulso voltado para a consolidação e ampliação dos interesses nacionais, de um lado, e a promoção da mobilidade do capital, de outro” (CAMARGO, 2004, p. 73, apud NAISBATT, 1994). A organização mundial, portanto, estaria desenhada em dois eixos básicos: o (1) econômico-financeiro; e o (2) político-estratégico. A questão da estratégia regional, a partir de blocos econômicos, é uma opção comentada por ambos os autores citados (Ferrer e Camargo) como forma eficaz de inserção internacional visando ao desenvolvimento econômico, a partir de Ferrer, ou, nos termos de Camargo, como meio de conciliar a questão dos interesses nacionais com a promoção da mobilidade do capital.

Portanto, no intuito de contribuir com alguns debates em torno da inserção internacional brasileira, este artigo visa a analisar o aspecto comercial da política externa brasileira durante o período do governo Lula (2003-2010), com o objetivo de identificar a importância dada à relação com o Mercosul (Mercado Comum do Sul) em comparação com os outros grandes parceiros comerciais do Brasil.

O pressuposto dos autores é de que a integração do Cone Sul consiste em um empreendimento com grande potencial na estratégia de desenvolvimento econômico dos seus integrantes e de todos os outros países da América do Sul, já que o objetivo de médio e longo prazos é envolver todo o continente em um único processo de integração.

O artigo está dividido nesta introdução e outras três partes, além das considerações finais. Na primeira dessas partes está exposta uma revisão dos objetivos da política externa do governo Lula, de acordo com a visão oficial. Em seguida, é realizada uma análise com base nos dados de exportação do Brasil, com o objetivo de fazer inferências acerca do novo padrão de trocas comerciais com o exterior. Na seção seguinte, é realizada uma revisão das análises da política externa do governo Lula e uma reflexão dos caminhos que o país está seguindo nessa área. Por fim, as considerações finais.

2. Política Externa do Governo Lula: a visão oficial

O discurso do presidente Lula no primeiro dia de seu mandato, no Congresso Nacional, pode ser um ponto de partida para o estudo da política externa brasileira do período. Naquele momento, a palavra que melhor caracterizava as pretensões do novo presidente era “mudança”. No seu entender, o significado dos votos que o elegeram era um pedido do povo brasileiro por mudança em todas as áreas de alcance do presidente. Mudança nas políticas sociais de combate à pobreza e à fome; na política agrária que condiciona a posse da terra; nas políticas econômicas, para combater a inflação, mas não à custa de um baixo volume de emprego formal; na política para desenvolver o mercado interno, fortalecer as pequenas e microempresas e melhorar a infraestrutura nacional. Além disso, o presidente recém eleito buscou definir os objetivos da sua política externa, sua ação diplomática, que fundamentalmente seria um instrumento do desenvolvimento econômico brasileiro. É possível observar alguns aspectos desse objetivo na passagem a seguir:

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Europeia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento (SILVA, 2003, Discurso no Congresso Nacional).

Com relação aos parceiros comerciais, a América do Sul foi apontada como prioridade. O desenvolvimento das parcerias com esses países se daria por meio do bloco econômico que já existe na região, o Mercosul. A ideia seria ampliá-lo (na época havia apenas quatro membros plenos, Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina), até que se estendesse por todo o continente. Porém, é importante destacar que o presidente eleito reforçou que o foco não seria apenas no aumento do fluxo comercial da região: o desenvolvimento das dimensões social, cultural e científico-tecnológica também seria prioridade, além da pretensão de estabilizar a região politicamente, tornando-a próspera e unida, com bases nos

ideais democráticos e de justiça social. No entanto, a política externa do governo apresentava um caráter universalista³, que aparece na passagem a seguir.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades (SILVA, 2003, Discurso no Congresso Nacional).

Em artigo publicado em 2004, Celso Amorim define os conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula em contraposição à deterioração dos indicadores sociais durante a fase de políticas neoliberais dos governos anteriores. Os valores que o então novo presidente buscaria seriam o compromisso com a democracia e a busca pelo desenvolvimento com justiça social, tal como enfatizado na passagem abaixo.

A ação diplomática do Governo Lula é concebida como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País. Mas ela possui, também, uma dimensão humanista, que se projeta na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz. Está profundamente enraizada nos interesses e esperanças do povo brasileiro. É nacional, sem deixar de ser internacionalista (AMORIM, 2004, p. 41).

A política externa, portanto, teria como objetivo final promover o desenvolvimento econômico do Brasil. Um dos meios para isso seria a conscientização da interdependência entre os países da América do Sul, e, portanto, o aumento da ênfase no processo de integração do continente. Celso Amorim também destacou o caráter universalista da política externa a partir do desenvolvimento das relações com os países emergentes, como é o caso da criação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), também chamado de G-3, com os países-membros da Liga Árabe e com os do continente africano.

A Declaração Ministerial de Miami contribuiu para reequilibrar as negociações da Alca. Abrem-se perspectivas promissoras de conquista de novos mercados para o Mercosul, mediante acordos já negociados, ou em vias de negociação, como o birregional, com a União Europeia, e os que estabelecem preferências fixas no comércio com a União Aduaneira do Sul da África (SACU) e com a Índia. [...] Firmam-se os laços de amizade e cooperação com parceiros tradicionais do mundo desenvolvido e em desenvolvimento. A China afirma-se como um par-

3 Conceito que será definido logo mais, durante a explanação do ponto de vista de Tullo Vigevani.

ceiro estratégico. As relações com a Rússia ganham novo dinamismo. Começam a frutificar os novos projetos de estreitamento de relações com os do Foro do IBAS, cuja primeira Comissão Trilateral, em Nova Delhi, em fevereiro último, estabeleceu um ambicioso programa de cooperação (AMORIM, 2004, p. 47).

A ênfase na integração da América do Sul se baseia na crença de que no mundo do século XXI a tendência é a negociação comercial entre blocos econômicos. Nem mesmo um país de dimensões continentais como o Brasil teria, portanto, condições de obter relevância comparada à de países que negociam em grupo. Além disso, o segundo objetivo mais importante da política externa comercial brasileira era estabelecer relações mais próximas com os países ditos em desenvolvimento. Os objetivos da política comercial, portanto, se resumiram à diversificação dos parceiros comerciais, sem deixar de lado o Mercosul.

Em várias oportunidades, Celso Amorim apontou os avanços da integração com a América do Sul, sempre chamando a atenção para a assinatura de acordos de livre comércio. Por exemplo, na XIII Reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) Protocolização do Acordo Mercosul-CAN, proferiu o seguinte comentário:

Creio que estamos dando um passo da maior importância para fazer da América do Sul uma área de livre comércio. Isso será a base para constituição de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, que tem de se desenvolver também institucionalmente (AMORIM, 2011a, p. 43).

Noutra ocasião, em 2005, na abertura da Reunião de Chanceleres da América do Sul e dos Países Árabes, Celso Amorim (2011a, p. 55) afirmou: “Em nossa região, firmamos acordos de livre comércio entre todos os países da América do Sul, pode-se dizer, de tal modo que hoje, basicamente, existe uma área de livre comércio da América do Sul”.

Em 2006, no Encontro Empresarial Latino-Americano, ressaltou:

É importante dizer, porque muitas vezes não se percebe, que entre os países do Mercosul, da Comunidade Andina e Chile, entre todos eles há acordos de livre comércio que tornam realidade o fato de toda a América do Sul ser uma área de livre comércio, fora naturalmente os acordos importantes que mantemos com os demais países da América Latina (AMORIM, 2011a, p. 141).

Em 2003, na Aula Magna no Instituto Rio Branco *A Diplomacia do Governo Lula*, entre outras ocasiões, declarou:

O espaço econômico unificado que procuraremos construir terá como alicerces o livre comércio e projetos de infraestrutura entre os países sul-americanos, com o indispensável reconhecimento de que há situações de assimetria a serem levadas em conta (AMORIM, 2011a, p. 151).

Essa busca de novas parcerias, e consolidação das já existentes, lograria mudanças significativas no destino das exportações brasileiras. Essa visão estratégica da política externa brasileira em relação à expansão das relações comerciais na América Latina pode ser constatada pela fala abaixo do embaixador Celso Amorim:

Há novas oportunidades neste mundo global, que nós tentamos explorar de maneira pragmática. Os mercados dos países em desenvolvimento já representam, no caso do Brasil, 55% de nossas exportações. Há cinco anos era o inverso: para os países desenvolvidos destinavam-se 55% das nossas exportações, e para os países em desenvolvimento 45%. [...] A integração da América do Sul é, sem dúvida, uma prioridade para o Governo brasileiro. De modo ilustrativo, bastaria recordar que no ano passado [2005] o comércio do Brasil com a América do Sul, somente, alcançou quase 32 bilhões de dólares. Para este ano a previsão é a de alcançar 40 bilhões de dólares. [...] Dizia também que o Sul segue crescendo e hoje é mais importante para nossas exportações que os Estados Unidos. A América Latina como um todo é nosso maior mercado, absorve 25% das nossas exportações. Para o Chile, por exemplo, exportamos mais que para o Japão e para a Itália. E para a Venezuela exportamos mais que para o Reino Unido ou França (AMORIM, 2011a, pp. 142-143).

Além da consolidação da integração comercial entre os países da América do Sul por meio de tratados de livre comércio, houve um avanço significativo da integração política através da fundação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Por outro lado, também avançou a relação do Brasil com a África. Em oito anos de governo, Lula viajou à África 12 vezes e visitaria um total de 23 países desta região. O comércio com o continente africano aumentou de US\$ 5 bilhões em 2002 para US\$ 26 bilhões em 2008, assim como o comércio entre o Brasil e o Oriente Médio triplicou em cinco anos e alcançou US\$ 20 bilhões em 2008. Foi assinado também um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Egito e um outro com Israel.

Com relação à Ásia destaca-se o estreitamento, no âmbito dos BRICS, das relações com a China e a Índia. A estratégia de consolidação dos parceiros comerciais asiáticos é ilustrada com a passagem a seguir:

No continente asiático, nossas parcerias estratégicas com Índia e China já se refletem no incremento do comércio e na ampliação dos projetos de cooperação. Brasil e China participam ativamente de agrupamentos como IBAS, BRIC, BASIC, os dois G 20, o G-4 (que mantém diálogo profícuo com a África do Sul) e em muitos outros agrupamentos multilaterais. Brasil e China são também parceiros no BRIC e em ambos os G 20. Em 2009, a China ocupou – pela primeira vez – a posição de principal parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os EUA, que ostentaram aquela posição por mais de um século. As relações com a Indonésia – uma pujante democracia – têm se intensificado consistentemente. Timor-Leste é um país ao qual o Brasil está vinculado por laços afetivos e cul-

turais, um país de língua portuguesa cuja independência o Brasil firmemente respaldou no âmbito das Nações Unidas. Para além de nossas tradicionais relações com o Japão e os países integrantes da ASEAN, abrimos (ou estamos em vias de abrir) embaixadas no Afeganistão, Armênia, Azerbaijão, Bangladesh, Cazaquistão, Mianmar, Nepal, Coréia do Norte e Sri Lanka; assim como consulados em Cantão, Hamamatsu, Mumbai e Shanghai. Em 2007, realizou-se em Brasília o primeiro Foro de Cooperação entre a América Latina e a Ásia do Leste, com o objetivo de incrementar as relações comerciais e os contatos políticos entre ambas regiões. Na ocasião, lançamos o processo de associação birregional entre o MERCOSUL e a ASEAN. [...] O Brasil está entre os poucos países com quem a União Europeia estabeleceu uma Parceria Estratégica. Entre outros resultados, esse processo pode conduzir à negociação de um Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Para além das oportunidades comerciais, o diálogo político entre líderes propiciou crescente coordenação e, por vezes, o lançamento de iniciativas conjuntas em áreas como energia, clima e no enfrentamento da crise econômica (AMORIM, 2011b, pp. 253-254).

3. O Comércio Exterior Brasileiro

Uma vez evidenciados na seção anterior os interesses e objetivos do governo Lula com relação à política externa, esta parte do artigo visa evidenciar os efeitos efetivos nas exportações brasileiras.

Logo no primeiro ano do governo Lula, foi criada a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil) com o objetivo de promover as exportações de mercadorias e serviços, além de atrair investimento externo para o país e internacionalizar as indústrias brasileiras. A agência sinaliza o caráter da diversificação dos parceiros comerciais.

Em 2003 foram realizados 410 eventos internacionais, entre feiras, missões comerciais, missões empresariais, projetos compradores e projetos vendedores, que envolveram mais de oito mil empresas. Neste ano, os mercados alvos eram o da África do Sul, Rússia, China, Índia e Oriente Médio. O ano de 2006 foi particularmente importante para o Brasil: inauguraram-se Centros de Distribuição em países estratégicos, como destacado na citação a seguir.

Com relação à estratégia de promoção comercial, a Apex-Brasil deu continuidade à iniciativa de internacionalização das empresas exportadoras brasileiras com a inauguração dos Centros de Distribuição (CDs) de Frankfurt (Alemanha), Lisboa (Portugal) e Dubai (Emirados Árabes). Existem ainda quatro CDs em processo de instalação na Polônia, no Panamá, na África do Sul e na China. [...] Foram realizadas várias missões oficiais e empresariais em países considerados estratégicos: no Japão, com o objetivo de apresentar o potencial brasileiro na produção e no fornecimento de etanol, e de discutir futuras parcerias na área de semicondutores; na Irlanda, na Inglaterra e na Áustria, com vistas ao cumprimento de compromissos relacionados à cooperação na área de Política Industrial, que culminou com a assinatura de acordo de cooperação entre Brasil e Irlanda para o desenvolvimento de políticas industriais em áreas estratégicas de tecnologia; e na África do Sul, principal economia da África, cuja demanda por produtos brasileiros tem sido crescente, e onde trinta empresas

brasileiras de seis setores participaram de rodadas de negócios e seminários (BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006, p. 96).

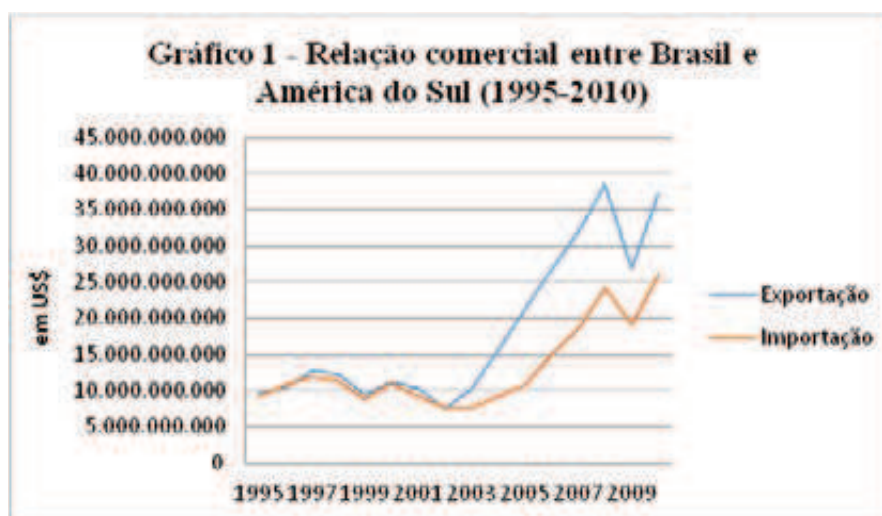
Em 2007 a Apex-Brasil inaugurou na Polônia o quinto CD, além de realizar importantes missões comerciais em países asiáticos, árabes, em Portugal e na Venezuela.

Em 2007, foram mantidas as ações oficiais voltadas ao fomento das exportações, iniciativa comandada pela Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil), cujos resultados têm sido a ampliação e a diversificação das exportações brasileiras. O esforço de promoção comercial pode ser mensurado pelo crescimento das exportações das empresas que participam dos projetos desenvolvidos pela agência, conjuntamente com entidades setoriais da indústria, em patamar superior ao das exportações totais brasileiras. Com relação ao incentivo à promoção comercial, registre-se a implementação do Sistema de Autorização de Remessa para Promoção de Exportação (Sisprom), ferramenta que auxilia na concessão de benefícios a empresários que estejam realizando promoção comercial de seus produtos por meio de feiras e exposições no exterior (BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007, p. 99).

De acordo com o relatório anual do Banco Central, o ano de 2008 foi especialmente produtivo no que se refere aos objetivos da Apex-Brasil.

Dentre as iniciativas da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), mencione-se o Projeto Trading, que visa catalogar prestadoras de serviços de distribuição e comercialização de produtos de pequenas e médias empresas nacionais na China, Angola, Cingapura, Emirados Árabes Unidos e México. Além disso, a Apex-Brasil preparou plano estratégico para ampliar a inserção das empresas brasileiras no mercado chinês, compreendendo a participação em feiras e eventos comerciais na China e abertura de Centro de Negócios em Pequim. Em Havana, foi inaugurado novo centro de Negócios Brasileiro, dando continuidade à estratégia de internacionalização das empresas brasileiras, auxílio que se inicia na fase de prospecção de mercado até a de distribuição de seus produtos. Além de Cuba, a Apex-Brasil já mantém Centros de Negócios nos Estados Unidos da América (EUA – Miami), na Polônia (Varsóvia) e nos Emirados Árabes Unidos (Dubai). Em relação à promoção comercial de biocombustíveis, a agência firmou com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única) convênio para execução do Projeto de Promoção da Imagem do Etanol Brasileiro no Exterior. O Brasil, os Estados Unidos e a Comissão Europeia divulgaram relatório sobre as especificações do etanol, com o intuito de adotar padrão internacional para a sua comercialização (BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008, p. 95).

Como foi discutido na seção anterior, oficialmente a prioridade do governo Lula na política externa era a relação Sul-Sul (LIMA, 2005), sendo a América do Sul a prioridade máxima. O Gráfico 1 mostra o resultado do esforço de tornar o continente de que o Brasil faz parte um parceiro econômico-comercial relevante.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secex (ALICE-Web)

De fato, a partir de 2003 as curvas de exportação e importação mudam completamente o padrão dos oito anos anteriores e passam a apresentar um caráter visivelmente ascendente. O valor das exportações em 2010 representou um aumento de 265,42% em relação a 2003, primeiro ano do governo Lula. No mesmo período, as importações variaram 238,48%. A queda em 2009 é consequência da crise financeira que atingiu de alguma forma toda a comunidade internacional.

Porém, além dos da América do Sul, outros países e blocos do hemisfério sul também foram alvos da estratégia comercial do governo Lula. Como é possível observar no Gráfico 2, todos os destinos destacados obtiveram variação positiva no valor das exportações.

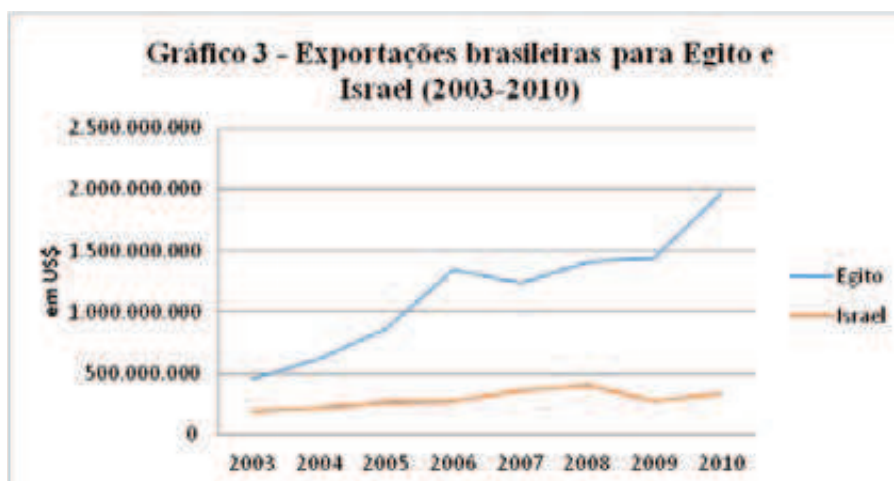
O destaque vai para a variação do valor da exportação para o BRICS⁴ (Nota do Revisor: esta nota de rodapé deve constar da primeira menção ao “BRICS”, na página 7), que durante o governo Lula variou positivamente em 579,10% e superou em importância o da América do Sul a partir de 2008. De forma um pouco mais sutil, encontram-se os Tigres Asiáticos, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) e o continente africano (com exceção do Oriente Médio). A partir do Gráfico 2, fica evidente que o valor das exportações para esses três destinos não se compara ao da América do Sul ou do BRICS; porém, é importante destacar que apresentaram variação positiva, respectivamente, de 189,56%, 355,13% e 223,61%.

4 Grupo político de cooperação que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secex (ALICE-Web)

Devido ao impasse na Rodada de Doha da OMC, as negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia, assim como com os Estados Unidos e outros países ditos desenvolvidos, ficaram estagnadas de 2003 a 2010, período que compreende as negociações brasileiras em caráter multilateral. Porém, no período de análise deste artigo, o Mercosul conseguiu assinar acordos de livre comércio com Egito e Israel, além de consolidar uma área deste caráter na América do Sul.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secex (ALICE-Web)

As exportações brasileiras com destino para o Egito aumentaram 325,75% e para Israel 81,09%. O acordo assinado com Israel data do final de 2007 e não teve

oportunidade de crescer como o esperado devido à crise internacional que logo eclodiu.

Estes dados de comércio exterior corroboram com a hipótese sustentada por Vigevani e Cepaluni (2007) da política externa brasileira voltada para a diversificação dos parceiros comerciais como forma de obter autonomia. A dependência do mercado consumidor estadunidense e europeu caiu consideravelmente ao longo do governo Lula. Mercados alternativos ganharam relevância, com destaque para a China e países do hemisfério sul. Além disso, o Mercosul manteve sua importância comercial para o Brasil - apesar de o país não ter recuperado a participação média de 17% dos anos 1997 e 1998, as exportações brasileiras com destino ao bloco cresceram quase 300% durante o governo Lula.

A administração brasileira fez um importante avanço durante os oito anos do governo Lula. A diversificação dos parceiros comerciais gera uma menor sensibilidade aos choques externos e uma maior capacidade de aumento das exportações e dinamismo da sua economia interna.

Vários países apresentaram aumento significativo na participação das exportações brasileiras; porém, apenas os casos dos da América do Sul e o Egito são devidos aos esforços multilaterais no âmbito do Mercosul. As negociações comerciais com os países desenvolvidos, principalmente com a União Europeia, estiveram estagnadas ou pouco evoluíram no período estudado por este trabalho.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secex (ALICE-Web)

De fato, a política externa brasileira deu preferência a negociações bilaterais em detrimento das multilaterais. Através da Apex-Brasil, o governo brasileiro teve condições técnicas para usufruir de sua autonomia, fazer visitas aos países de interesse e realizar os acordos comerciais desejados.

Pensando em termos sul-americanos, seria interessante que esses acordos comerciais tivessem sido realizados no âmbito do Mercosul. Porém, é razoável supor que vários desses avanços de intercâmbio comercial provavelmente não aconteceriam

no nível do bloco econômico devido à complexidade dos interesses de cada país e às divergências que daí apareceriam. Esse tipo de dificuldade gera obstáculos para a conformação dos acordos de cooperação. Por conseguinte, naturalmente se desenvolve uma predisposição à negociação bilateral, menos complexa e mais objetiva – em outras palavras, sem a necessidade da aprovação dos outros membros do Mercosul.

Implícito ao argumento anterior está o caráter institucional da tomada de decisão do bloco econômico. O intergovernamentalismo permite que os membros pensem em termos do interesse particular de cada nação envolvida no processo de integração. O desenvolvimento do Mercosul requer uma mudança de mentalidade, de cultura e de identidade. Para um melhor funcionamento, o Mercosul necessitaria ser pensado como unidade e isto requereria uma mudança institucional.

4. Diversificação dos Parceiros Comerciais: uma reflexão em torno do Mercosul

Pelo que foi visto até aqui, o objetivo do governo Lula pareceu ser o de diversificar parceiros comerciais, a começar pelos do continente em que está inserido geograficamente, a América do Sul. De fato, constata-se que o foco dessa diversificação são os países em desenvolvimento do Hemisfério Sul. Lima (2005) aponta que a chamada cooperação Sul-Sul não foi posta em prática por acaso, assim como também não representou uma substituição às relações com os parceiros tradicionais do Hemisfério Norte (Estados Unidos e União Européia, fundamentalmente). Essa nova estratégia objetiva ampliar o fluxo comercial a partir da compreensão de que o comércio brasileiro com os Estados Unidos e União Europeia já teria alcançado um valor limite e que os incrementos seriam apenas marginais. No primeiro momento, a mudança do cenário internacional, que indicava estarem os países centrais perdendo capacidade de absorção da produção dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, favorecia o foco na América Latina. Porém, outro fato importante fez reduzir a importância relativa das regiões mais industriais: o intenso crescimento econômico dos países asiáticos e o correspondente aumento de demanda por produtos primários, que gerou um alto custo de oportunidade para a integração do Mercosul. A relação brasileira com os Estados Unidos é resumida a seguir:

O critério que passou a reger as relações com os Estados Unidos a partir de 2003 foi o da não-exclusividade. Esse país continuou sendo o mais poderoso do mundo contemporâneo, inclusive economicamente para o Brasil, mas buscou-se fortalecer essa relação na perspectiva do enfraquecimento do unilateralismo, revigorado na administração George W. Bush – como fazem outros países aliados dos Estados Unidos, inclusive na América Latina – e na perspectiva de consolidação do país como global trader, ideia tradicional da política exterior (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 306-307).

Vigevani e Cepaluni (2007) apontam dois choques externos que teriam condicionado a política externa brasileira no final do governo FHC e, portanto, do seu sucessor: (1) o ocorrido de 11 de setembro de 2001 e as (2) dificuldades da Rodada

de Doha da OMC. Os governos anteriores ao de Cardoso (José Sarney, 1985-1989, e Fernando Collor de Mello, 1990-1992) estavam influenciados pela perspectiva positiva do aumento da cooperação internacional a partir do fim da Guerra Fria; porém, os choques externos no início do século XXI apontaram uma conjuntura internacional em transformação. Dessa forma, segundo os autores, a mudança da política externa brasileira começou ainda no final do governo FHC, mas seus desdobramentos só poderiam ser observados com maior nitidez na administração seguinte.

A estratégia diplomática de Lula foi batizada de autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Seu principal objetivo era fortalecer as relações com os países em desenvolvimento do Hemisfério Sul para buscar um equilíbrio em relação aos países do Norte, além de aumentar o protagonismo internacional brasileiro nos diversos fóruns internacionais.

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1ª) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2ª) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3ª) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e (4ª) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento. Essas diretrizes, ao longo do primeiro período de governo, de 2003 a 2006, provavelmente desdobrando-se no segundo período, implicaram ênfases precisas: (1ª) aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa); (2ª) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; (3ª) ação de destaque na Rodada Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4ª) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (5ª) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6ª) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7ª) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 291-292).

No que se refere à relação brasileira com o Mercosul, a estrutura deste bloco econômico seria adequada à percepção das elites econômicas brasileiras, destituídas de traços de identidade regional. O caráter institucional de uma união aduaneira incompleta garante livre acesso ao mercado dos países envolvidos na integração, sem criar embargos com as negociações com países do resto do mundo.

A hipótese deste é que a estrutura do Mercosul, tal como foi desenvolvida em seus primeiros vinte anos, desde 1991, é adequada segundo a percepção das elites brasileiras, cujos interesses são defendidos dentro do esquema existente. Este modelo seria suficiente para dar a sustentação que se considera possível, ou a liberdade desejada para as ações internacionais do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas relações com a União Europeia (EU) e com os Estados Unidos, sem as limitações próprias de uma união aduaneira e um mercado comum baseado em um maior grau de institucionalização, limitações que condicionariam os Estados-

-membros, incluso considerando o diferencial de poder. Além disso, argumenta-se que este modelo de integração seria compatível com a ampliação do bloco, pois viabilizaria a inclusão de novos membros, o que terminaria por retroalimentar a estrutura intergovernamental e a baixa interação entre as políticas nacionais nos diferentes aspectos (VIGEVANI et al, 2008, p. 322-323).⁵

A ambiguidade da relação brasileira com o Mercosul se encontraria no caráter de autonomia da política externa brasileira, que contempla a capacidade de ação nacional perante a comunidade internacional ao mesmo tempo em que visa a um aprofundamento, fortalecimento e desenvolvimento de um bloco regional que inevitavelmente condicionariam sua liberdade de negociação. O equilíbrio entre a busca e preservação de autonomia no cenário internacional e o foco na América do Sul a partir da integração do Cone Sul só poderia ser alcançado com uma integração de baixa institucionalidade, isto é, com instituições intergovernamentais, segundo Vigevani e Ramanzini (2009). Estes destacam que algumas das ambiguidades estão relacionadas com o mundo pós-Guerra Fria, “marcado por tensões entre tentativas de hegemonia e movimentos de descompressão sistêmica” (VIGEVANI; RAMANZINI, 2009, p. 38). O dilema das negociações internas do Mercosul se traduziriam da seguinte forma:

Um eventual retrocesso do Mercosul em direção a uma zona de livre comércio, que teve difusão em importantes setores sociais no Brasil, em nosso parecer, ao contrário do que uma leitura particular do universalismo presume, debilita o poder de negociação do país e do Mercosul no sistema internacional. Uma maior institucionalização do bloco, como foi analisado, significaria custos para o Brasil, mas também deve se ter em conta os custos da não institucionalização, além da carga derivada da situação de incerteza existente ao menos desde 1997, talvez inata ao processo (VIGEVANI et al, 2008, p. 349).⁶

Além disso, é importante fazer algumas ressalvas com relação à política

5 La hipótesis de este trabajo es que la estructura del Mercosur, tal como se ha desarrollado en sus primeros veinte años, desde 1991, es adecuada según la percepción de las elites brasileñas, cuyos intereses son defendidos dentro del esquema existente. Este modelo sería suficiente para dar la sustentación que se considera posible, o la libertad deseada, a las acciones internacionales del país en la Organización Mundial del Comercio (OMC), en las relaciones con la Unión Europea (UE) y con Estados Unidos, sin las limitaciones propias de una unión aduanera y un mercado común basadas en un mayor grado de institucionalización, limitaciones que condicionarían a los Estados parte, incluso considerando el diferencial de poder. Además, se argumenta que este modelo de integración sería compatible con la ampliación del bloque, pues viabilizaría la inclusión de nuevos miembros, lo que terminaría por retroalimentar la estructura intergubernamental y la baja interacción entre las políticas nacionales en los diferentes aspectos (VIGEVANI et al, 2008, p. 322-323).

6 Un eventual retroceso del Mercosur hacia una zona de libre comercio, que tuvo eco en importantes sectores sociales en Brasil, a nuestro juicio, al contrario de lo que supone una lectura particular del universalismo, debilita el poder de negociación del país y del Mercosur en el sistema internacional. Una mayor institucionalización del bloque, como se analizó, significaría costos para Brasil, pero también debe tenerse en cuenta los costos de la no institucionalización, además de la carga derivada de la situación de incertidumbre existente al menos desde 1997, quizás innata al proceso (VIGEVANI et al, 2008, p. 349).

comercial do governo brasileiro. A diversificação dos parceiros comerciais é uma estratégia positiva por três razões fundamentais: (1) amplia o mercado consumidor das exportações brasileiras; (2) resguarda o país dos chamados choques externos; e (3) contribui com a inserção internacional do país através da crescente interdependência econômica com os diversos parceiros comerciais.

Porém, existem alguns aspectos negativos que não podem ser ignorados. No Gráfico 2 é possível observar o aumento do comércio do Brasil com os BRICS, influenciado principalmente pela China. É bem sabido que as trocas comerciais do Brasil com a China repetem, em certa medida, àquelas observadas na década de 1950 e 1960 entre a América Latina, Estados Unidos e a Europa, quando a CEPAL desenvolveu a teoria centro-periferia e alertou dos malefícios que as trocas comerciais entre manufaturas e bens primários podem provocar. O argumento aqui não é a favor do rompimento das relações comerciais com a China e os demais BRICS, pelo contrário. É necessário que se tenha consciência da situação e transparência das suas consequências para que políticas de médio e longo prazo possam ser desenvolvidas. É inegável que a crescente demanda por bens primários provenientes do Brasil tem contribuído fortemente com a prosperidade do setor de minerais e do agronegócio local, além de ter provocado uma certa valorização desses produtos em relação aos industrializados. O fato é que não é possível definir até quando essa conjuntura vai se manter, e ao mesmo tempo existe o temor crescente da desindustrialização brasileira.

No sentido oposto caminham as relações comerciais brasileiras com o Mercosul e os demais países da América do Sul. Nesse caso, as exportações brasileiras apresentam produtos industrializados e semi-industrializados, com destaque para o setor automotivo, enquanto que as importações são majoritariamente de bens primários. O fato é que neste caso existem inclusive debates que apontam haver uma relação de subimperialismo (LUCE, 2007) na região por parte do Brasil.

Nesse ínterim, a política de diversificação dos parceiros comerciais do Brasil mantém o *status quo* e intensifica os malefícios das duas conjunturas diferentes em que o país se encontra, sem demonstrar preocupação com a resolução da situação. O bônus do contexto é o rápido crescimento dos valores exportados, a arrecadação de divisas e a manutenção do lucro dos empresários dos setores de exportação, que parece manter a governabilidade interna do Brasil e o financiamento para as próximas campanhas eleitorais.

Aqui é sustentada, por outro lado, a necessidade de estabelecer uma estratégia de política externa que tenha um prazo de execução maior que os quatro anos de governo e que reflita também sobre os problemas dos países do continente, já que naturalmente o Brasil assume o papel de liderança e *paymaster* no processo de integração. Os cepalinos⁷ já refletiram sobre o problema nos anos 1950 e 1960, e tudo indica que sua estratégia continua viável nos dias atuais⁸. É imperativo estabelecer

7 Ver CEPAL (2000).

8 Ver CAVALCANTE (2013).

um comércio continental equilibrado, só possível após uma reestruturação produtiva em todos os países da região a partir de uma nova rodada de substituição de importações, desta vez de forma coordenada. Para tanto, é fundamental um certo grau de coordenação política entre os envolvidos, possível através de uma integração regional suficientemente profunda, como é o caso de um mercado comum.

De fato, a integração do continente já figurava como meta do governo Lula. Entretanto, uma integração superficial, como é o caso – tantas vezes enfatizado pelos funcionários do governo – de uma área de livre comércio, não é suficiente para colocar em marcha uma estratégia ousada como a sugerida pela CEPAL e lembrada por estes autores. O passo seguinte em direção à formação do mercado comum implicaria perda de soberania nacional, prejuízo inaceitável para o governo brasileiro.

5. Considerações Finais

Entre os anos de 1950 e 1960, a CEPAL publicou alguns textos em que defendia a criação do mercado comum como estratégia para o desenvolvimento econômico da América Latina. De acordo com Celso Furtado (1979), a integração regional pode ser entendida como uma política superior de desenvolvimento econômico. De imediato, esperava-se que a integração econômica na região gerasse incentivos no processo de industrialização e atenuasse a vulnerabilidade externa comum a todos os integrantes.

Parece que o momento político internacional é propício e o governo brasileiro precisa tomar uma decisão urgente em relação à estratégia de inserção internacional que pretende adotar nos próximos anos, sem perder de vista o restante dos países do continente que necessitam do apoio brasileiro para a superação de seus próprios entraves econômicos.

É imperativo decidir se é conveniente colocar em prática, com as alterações necessárias, evidentemente, a estratégia desenvolvida pela CEPAL com base na expansão do Mercosul e conformação de um mercado comum na região; ou se se continuam essas políticas pontuais de aumento das exportações que, a princípio, não fazem parte de nenhuma estratégia mais complexa de desenvolvimento econômico e, que, ao mesmo tempo, parecem consolidar a divisão internacional do trabalho com base nas vantagens comparativas.

É bem sabido que as raízes do subdesenvolvimento latino-americano, de uma maneira geral, se encontram na estrutura produtiva dos países⁹. A política comercial adotada pelo governo brasileiro não gera incentivos para uma reestruturação produtiva. Seus efeitos benéficos, de fato, são apenas de curto prazo, através do aumento de arrecadação de divisas e da manutenção do emprego e renda dos setores beneficiados.

9 COSTA LIMA, Marcos (2009), “Revisitando a Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado”. In: O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto Editora, p.113-128. 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Celso. **Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula**. Diplomacia, Estratégia, Política. Brasília: ano I nº 1, p. 41-48, 2004.

_____. **Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 53, p. 214-240, 2010.

_____. **Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim: 2003-2010**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática, vol. 1, 2011a.

_____. **Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim: 2003-2010**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática, vol. 2, 2011b.

Boletim do Banco Central do Brasil. **Relatório Anual**. Brasília: v. 39, p. 1-247, 2003.

_____. **Relatório Anual**. Brasília: v. 40, p. 1-229, 2004.

_____. **Relatório Anual**. Brasília: v. 41, p. 1-225, 2005.

_____. **Relatório Anual**. Brasília: v. 42, p. 1-251, 2006.

_____. **Relatório Anual**. Brasília: v. 43, p. 1-248, 2007.

_____. **Relatório Anual**. Brasília: v. 44, p. 1-253, 2008.

_____. **Relatório Anual**. Brasília: v. 45, p. 1-237, 2009.

_____. **Relatório Anual**. Brasília: v. 46, p. 1-241, 2010.

CAMARGO, S.. Área de Livre Comércio das Américas: o labirinto latino-americano. In: Gómez, José María. (Org.). América Latina y El (des)orden global neoliberal: hegemonía, contrahegemonía, perspectivas. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, p. 61-95, 2004.

CAVALCANTE, Thiago Peixoto de Almeida. **Impasses institucionais e econômicos no Mercosul: uma análise no marco da política externa do governo Lula (2003-2010)**. Recife: UFPE, 2013. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política-vRelações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em

Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

COSTA LIMA, Marcos. “Revisitando a Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado”. In: O Pensamento de Celso Furtado e o Nordeste. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto Editora, p.113-128. 2009.

FERRER, Aldo. **Hechos y ficciones de la globalización: Argentina y el Mercosur en el sistema internacional**. Buenos Aires: Ed. Fondo de Cultura Económica, 2006.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra, 1979.

_____. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1986.

LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, p. 24-59, 2005.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NAISBAITT, J.. **Paradoxo global; quanto maior a economia mundial, mais poderosos** são os seus protagonistas menores; nações, empresas e indivíduos. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.

PREBISCH, Raúl. **Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano**. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1963.

_____. **Proposiciones para la creación del Mercado Común Latinoamericano. Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, ano I, nº1, maio 1965.

_____. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. Contratempo: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Discurso no Congresso Nacional**. Brasília, 1º.1.2003; link: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalle.asp?ID_DISCURSO=2029; acesso em 10.03.2006.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel . **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação.** Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso), vol. 29, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo Passini. **A ALCA e a política externa brasileira.** Caderno CEDEC, São Paulo, vol. 74, p. 1-40, 2005.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo. **Mudanças da inserção brasileira na América Latina.** Lua Nova (Impresso), vol. 78, p. 37-75, 2009.

_____. **Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul: uma análise considerando a posição do Brasil.** Observatório Social de América Latina, vol. XI, p. 45-63, 2010.

VIGEVANI, Tullo et al. **Instituições e conflitos comerciais no Mercosul.** São Paulo em Perspectiva (Impresso), São Paulo, v. 16, n.1, p. 44-53, 2002.

_____. **O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites.** Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 51, p. 5-27, 2008.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, K. L. P.; MARIANO, Marcelo Passini. **Brasil e integração regional: Mercosul e ALCA.** Caderno CEDEC (São Paulo), São Paulo, vol. 70, p. 1-33, 2001.

Recebido em setembro de 2013
Aprovado em outubro de 2013